

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU– 2016**

2 Ao oitavo dia do mês de dezembro de 2016, às 14h00min, o Comitê das Bacias
3 Hidrográficas dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim (Comitê Guandu) deu início à
4 4ª Reunião Ordinária do Plenário do Comitê Guandu, no Auditório do Pavilhão de Aulas
5 Teóricas, no *campus* da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica/RJ,
6 tendo como pauta os seguintes assuntos: **1.** Leitura e aprovação da ata da reunião anterior
7 (17/10/2016); **2.** Aprovação das minutas de resoluções que alteram as de nº 81, 82, 83,
8 110 e 112; **3.** Apresentação da empresa PROFILL, contratada para elaboração do Plano
9 Estratégico de Recursos Hídricos do Guandu; **4.** Proposta de Calendário 2017; **5.**
10 Preenchimento do questionário de avaliação; **6.** Homologação do Resultado da Eleição
11 Biênio 2017-2018; **7.** Abertura das Inscrições de Chapas para Diretoria Colegiada; **8.**
12 Atualização e ações do Comitê referentes ao FUNDRHI; **9.** Assuntos Gerais. **1** – O diretor
13 geral Julio Cesar Antunes (ABES) iniciou a reunião e solicitou a aprovação da ata da
14 reunião anterior (17/10/16). Após contribuições, a ata foi aprovada. **2** – Julio Cesar Antunes
15 (ABES) comentou que as propostas de alteração das resoluções servem para fins de
16 padronização dos documentos no âmbito da AGEVAP. Fátima Rocha (AGEVAP) destacou
17 que, a princípio, apenas a Resolução nº 81 sofreu alterações no texto. A mesma
18 apresentou as sugestões de alteração feitas ao texto. João Bosco (UEZO) perguntou se o
19 representante substituto da instituição titular poderia ou não receber a ajuda de custo, e
20 apontou que a proposta de alteração do texto não asseguraria a concessão. Julio Cesar
21 Antunes (ABES) sugeriu inserir a participação na Reunião Plenária no item “a) ” do
22 parágrafo 2º. Nathália Vilela (AGEVAP) lembrou que, na Plenária, se o membro titular
23 faltar, o suplente é quem tem direito a voto. Hendrik Mansur (TNC) afirmou que é
24 necessário separar os assuntos de ajuda de custo e poder de voto. Nathália Vilela
25 (AGEVAP) lembrou que a Resolução nº 81 é específica para ajuda de custo, e por isso não
26 houve inclusão dos critérios de voto para a resolução. Yara Valverde (CI BRASIL)
27 comentou que já houve experiência similar no Comitê Piabanha, e foi mantida a ajuda de
28 custo para a instituição, mesmo com representante substituto, para garantir a participação
29 da Sociedade Civil. Foi decidido que o representante do membro suplente fará jus a
30 receber ajuda de custo na ausência do representante do membro titular. Em seguida,
31 Fátima Rocha (AGEVAP) apresentou os outros formulários, destacando as mudanças para
32 fins de padronização dos documentos. Após contribuições, as resoluções foram aprovadas
33 por unanimidade. **3** – Carlos Bortoli (PROFILL) iniciou a apresentação do PERH-GUANDU,
34 com foco nos itens principais, como o Plano de Trabalho. Destacou que a PROFILL vê o
35 Plano de Recursos Hídricos, de acordo com as particularidades da gestão e de todos os
36 atores, como um acordo social de base técnica. Apresentou o cronograma de 18 meses de
37 trabalho, evidenciando as cinco fases que serão executadas: Planejamento, Diagnóstico,
38 Prognóstico, Plano de Ações e a consolidação e entrega do produto final, a atualização do
39 Plano Estratégico de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Guandu, da
40 Guarda e Guandu-Mirim. Também comentou que será entregue o Manual Operativo, uma
41 ferramenta de gestão para dar os passos iniciais de trabalho de implementação do Plano.
42 Em seguida, Carlos Bortoli (PROFILL) apresentou a equipe de trabalho, que contem um
43 núcleo de coordenação técnica e equipe permanente, equipe complementar e equipe de
44 apoio. Colocou-se à disposição para comentários e esclarecimentos. Yara Valverde (CI
45 BRASIL) perguntou qual o nível de percepção geográfica que será utilizado para o
46 trabalho. Carlos Bortoli (PROFILL) respondeu que será estudada a bacia, na sua
47 totalidade, através de segmentação, o que pode gerar até vinte sub-unidades para os
48 estudos. Explicou que a equipe vai trazer a proposta para o GTA em breve. O mesmo

49 acrescentou que as modelagens qualitativas e quantitativas permitem análises por trechos
50 de rio. Julio Cesar Antunes (ABES) destacou que o processo de atualização do Plano
51 chegou num bom momento para a valorização de todas as necessidades e contribuições
52 dos municípios da bacia. O mesmo comentou que serão 18 meses de trabalho, e o produto
53 será um resultado da participação coletiva. Lembrou que o estado do Rio de Janeiro tem
54 como exemplos a Política de Recursos Hídricos e o Grupo Técnico de Acompanhamento
55 da Operação Hidráulica (GTAOH), e isso evidencia a importância das discussões e da
56 construção contínua. **4** – Fátima Rocha (AGEVAP) apresentou a proposta de calendário do
57 Comitê Guandu para 2017, com as propostas de datas para as reuniões para o Comitê.
58 Julio Cesar Antunes (ABES) solicitou a aprovação do calendário. O calendário foi
59 aprovado. **5** – O diretor geral apresentou o questionário de avaliação da AGEVAP, e
60 recomendou que todos atendem para o preenchimento do mesmo. Nathália Vilela
61 (AGEVAP) destacou que o preenchimento é importante, pois é uma meta do Contrato de
62 Gestão, que rege as competências da AGEVAP para atendimento ao Comitê Guandu. **6** –
63 Em seguida, Julio Cesar Antunes (ABES) apresentou as planilhas para homologação do
64 processo eleitoral. Relatou que o Fórum de Governo decidiu que a Prefeitura de Piraí
65 poderia comentar o problema da ausência da inscrição da prefeitura no Processo Eleitoral,
66 e, com a concordância da Plenária, a prefeitura poderia ser efetivada como representante
67 no Plenário do Comitê Guandu. Amisterdan Ribeiro (SIMARJ), destacou que, durante a
68 análise da documentação das inscrições no Processo Eleitoral, notou a falta da inscrição
69 de Piraí, e entrou em contato com o Secretário Municipal de Meio Ambiente. Mario Amaro
70 (P.M. Piraí) relatou que não tomou conhecimento do processo eleitoral porque houve uma
71 falha de comunicação, e comentou que o município tem muito interesse em participar do
72 Comitê. Fátima Rocha (AGEVAP) fez a leitura do documento entregue pela Prefeitura de
73 Piraí, que relatou o problema da Prefeitura em receber as comunicações da Secretaria
74 Executiva e solicitava a avaliação da inclusão da Prefeitura de Piraí no Plenário. Julio
75 Cesar Antunes (ABES) ressaltou a importância da participação de todos os municípios no
76 Comitê Guandu e lembrou que as instituições interessadas poderiam pleitear as vagas em
77 aberto, enviando a documentação necessária para avaliação da Comissão Eleitoral.
78 Hendrik Mansur (TNC) apresentou a situação sobre editais da AGEVAP impedindo a
79 participação de instituições membros de Comitê em processos licitatórios. Este
80 impedimento começou a ser colocado em 2016 e em apenas alguns editais. Demonstrou
81 preocupação porque o processo eleitoral não considerou esta decisão da AGEVAP e os
82 membros eleitos poderão perder o direito de participar de processos licitatórios. Relatou
83 que a questão deveria ser solucionada antes da posse, pois uma instituição não poderia
84 tomar posse sem uma definição. Julio Cesar Antunes (ABES) lembrou que a discussão
85 passou pelo âmbito da Unidade Gestora de Projeto (UGP), que é uma unidade mais
86 específica para projetos de Pagamento por Serviço Ambiental. O diretor geral sugeriu que
87 uma boa alternativa seria construir argumentos e realizar decisões numa outra data.
88 Passou então a palavra para Edson Brasil, da assessoria jurídica. Edson Brasil (AGEVAP)
89 iniciou sua fala citando a Lei Federal nº 8.666 e a Resolução nº 13 do INEA, que já
90 imputam a observação de princípios como o da impessoalidade e o da moralidade
91 administrativa à AGEVAP. O mesmo adicionou que a visão da AGEVAP é resguardar o
92 Comitê, a própria AGEVAP e os licitantes para evitar questionamentos jurídicos contrários.
93 Nessa situação, a posição da assessoria jurídica da AGEVAP é clara: se já existe uma
94 série de inseguranças jurídicas relacionadas à gestão de recursos hídricos – no sentido
95 das diversas análises sobre os contratos feitos pela AGEVAP – a melhor postura será a
96 mais segura possível. Dentro da Lei Federal, continuou Edson Brasil (AGEVAP), já está

97 descrito o princípio da impessoalidade, que impede a escolha ou o privilégio de algum dos
98 licitantes que eventualmente participem de um ato convocatório. Em relação à aplicação da
99 legislação ao sistema de gestão de recursos hídricos, o advogado explicou que os comitês
100 de bacia traçam as linhas gerais e determinam à AGEVAP – como Secretaria Executiva –
101 que promova os atos propriamente ditos. Porém, os Comitês também estabelecem outras
102 atividades para detalhar qual o projeto desejado, e é isso que se insere exatamente nessa
103 situação: a participação de entidades em fóruns de discussão que tratam da análise,
104 acompanhamento, definição de diretrizes de projetos, e, posteriormente, após esse grupo
105 de trabalho concluir as definições dos projetos, o que deve ser feito, quais serão os
106 critérios de hierarquização e pontuação. Depois desse processo, cabe à AGEVAP realizar
107 o ato. A questão em particular diz respeito à solicitação de uma entidade que participou de
108 outras etapas do projeto Produtores de Água e Floresta que, posteriormente, manifestou
109 interesse em participar de uma licitação deste mesmo projeto. E aí a posição da AGEVAP,
110 que aqui não é nenhum demérito ou desconfiança em relação à instituição. A obrigação
111 legal, sob pena de responder judicialmente, é dizer que, havendo essa possibilidade, a
112 entidade em questão não pode participar da licitação. Essa foi a posição, de acordo com
113 Edson Brasil. O mesmo relatou que a AGEVAP está em processo de regulação jurídica,
114 inclusive considerando que muitos editais recebem pouca ou nenhuma concorrência. O
115 mesmo ressaltou que não deve ser uma questão fechada, e deve existir debate. Hendrik
116 Mansur (TNC) relatou que leu outros processos onde aconteceu o mesmo tipo de
117 impedimento, e sugeriu que devem ficar claros, para fins de aperfeiçoamento da gestão os
118 impedimentos para participação e discussões nos Grupos de Trabalho e na Câmara
119 Técnica referente ao impedimento de membro participar de processo licitatório. Julio Cesar
120 Antunes (ABES) comentou que o encaminhamento deve contemplar discussões a respeito
121 da questão jurídica que se põs em relação à participação no edital. Decio Tubbs (UFRRJ)
122 lembrou que é necessário pensar em situações que envolvam a participação dos
123 municípios em processos licitatórios. Mario Amaro (P.M. Piraí) respondeu que a Prefeitura
124 Municipal de Piraí lidou com uma situação similar, pois participava do Comitê Guandu,
125 concorreu a um edital da AGEVAP para um projeto, incluindo uma sabatina do INEA e da
126 AGEVAP, houve estranheza em relação à participação da Prefeitura no grupo técnico que
127 contribuiu para o projeto. Julio Cesar Antunes (ABES) ponderou que a discussão deve ser
128 ampliada, para buscar os caminhos legais para uma solução que mantenha o
129 desenvolvimento de projetos. Yara Valverde (CI BRASIL) entendeu que as prefeituras
130 respondem por um setor público, então elas poderiam concorrer aos editais. Edson Brasil
131 (AGEVAP) respondeu que as Prefeituras não participam de atos convocatórios, mas
132 podem participar de editais de chamamento público. Porém, se a prefeitura em questão
133 participasse do Comitê Guandu e contribuísse para a discussão de um edital, poderia
134 haver questionamento. Julio Cesar Antunes (ABES) relatou que a instituição envolvida na
135 questão foi o ITPA, que enviou uma carta comunicando a saída do Comitê Guandu, por
136 conta de assunto relacionado a edital. Julio Cesar Antunes (ABES) colocou em votação a
137 participação de Piraí como instituição suplente no Plenário do Comitê Guandu. Foi
138 aprovada por unanimidade. A inscrição das instituições foi homologada. **7** – Julio Cesar
139 Antunes (ABES) informou que estão abertas as inscrições de chapas para a Diretoria
140 Colegiada, com prazo final em 31 de janeiro de 2017, às 23h59m59s. **8** – Julio Cesar
141 Antunes (ABES) comentou que ainda existem problemas no fluxo da cobrança e do
142 repasse de recursos. Destacou que serão enviadas correspondências para o presidente do
143 INEA e para o secretário estadual do ambiente. Relatou a discussão da transposição, que
144 chegou a uma decisão definida como aumento do valor repassado ao CEIVAP de 15%

145 para 20% da arrecadação da cobrança na bacia. Resumi que alguns projetos e ações
146 tiveram recursos contemplados a partir de reuniões com a Secretaria de Estado do
147 Ambiente, como o custeio parcial da AGEVAP e recursos para o PAF, por exemplo.
148 Avaliou que não haverá muita facilidade em chegar a um quadro de normalidade de fluxo
149 igual à do período anterior a 2016. Hendrik Mansur (TNC) perguntou se o dinheiro
150 repassado ao CEIVAP não estaria sendo priorizado, em detrimento de projetos do Comitê
151 Guandu. Julio Cesar Antunes (ABES) respondeu que os recursos têm sido direcionados
152 para os projetos, e em relação à transposição também não há um quadro de normalidade
153 nos repasses. André Marques (AGEVAP) relatou que a situação é mais complexa, e os
154 pagamentos são autorizados diretamente pelo governador do Estado do Rio de Janeiro.
155 Relatou que não há controle da AGEVAP sobre os processos ou sobre a lógica de
156 pagamentos que têm sido feitos pelo Estado do Rio de Janeiro. Julio Cesar Antunes
157 (ABES) destacou que o Comitê está mobilizando correspondências e tem feito diversas
158 articulações para tentar avançar na questão. Pensou em desenvolver, junto à equipe de
159 Comunicação, algum tipo de material para tratar a questão de maneira construtiva. **9 –**
160 **Assuntos Gerais.** Decio Tubbs (UFRRJ) agradeceu a colaboração dos representantes da
161 Universidade Veiga de Almeida, Vera Agarez, Daniel Brotto e Magda Tubino. Explicou que
162 a instituição não fará parte do Comitê Guandu durante o próximo biênio. Vera Agarez
163 (UVA) relatou que a instituição está passando por um momento de transição. A mesma
164 contou que após 8 anos de participação e trabalho, na ocasião da saída fica um pouco do
165 sentimento de despedida, assim como a perda do sentimento de pertencimento ao
166 coletivo. Destacou que, em relação à instituição, foi importante para estreitar laços entre a
167 Região Hidrográfica na sua totalidade e a cidade do Rio de Janeiro, que abriga a UVA.
168 Daniel Brotto também agradeceu e destacou que tem interesse em continuar a
169 participação, e vai manifestar interesse formal futuramente. Julio Cesar Antunes (ABES)
170 informou que a comunicação com os participantes será mantida, caso seja do interesse.
171 Andreia Loureiro (P.M. Queimados) agradeceu a todos pela participação e desejou votos
172 de um biênio melhor e com mais participação efetiva dos municípios. Amisterdan Ribeiro
173 (SIMARJ) avaliou que todos são importantes na construção do processo, e desejou ânimo
174 para o ano que vem. Julio Cesar Antunes (ABES) agradeceu à empresa PROFILL,
175 agradeceu de maneira especial à equipe da UD6-AGEVAP e aos colaboradores de
176 Resende. Destacou que é gratificante trabalhar com pessoas comprometidas. Desejou a
177 todos boas festas e 2017 com saúde e resiliência. **Como lista de encaminhamentos,**
178 **segue: 1 – Divulgar homologação do Processo Eleitoral Biênio 2017-2018; 2 – Inserir**
179 **formulário para inscrição de chapas para Diretoria Colegiada no site do Comitê**
180 **Guandu; 3 – Enviar carta à Secretaria de Estado do Ambiente e ao Instituto Estadual**
181 **do Ambiente sobre a situação dos repasses financeiros.** O diretor geral encerrou a
182 reunião às 16h30min. Eu, Lucas Lacerda, tomei a termo esta ata, que segue assinada pelo
183 Diretor Geral e pelo Diretor Executivo.

JULIO CESAR ANTUNES
Diretor Geral

DECIO TUBBS FILHO
Diretor Executivo

193 **Membros Presentes**

194 **Usuários:** Abílio Souza Faia (FCC), Robson Santos (ASDINQ), Analice Castro
195 representando Eduardo Justo (GERDAU), Rayane Medeiros representando Viviane
196 Montebello (NUCLEP), Sabina Campagnani (FURNAS), Raquel Alves da Silva
197 representando Marcio Dias (Sociedade Fluminense de Energia), Pamela Ferreira (TKCSA),
198 Amisterdan Ribeiro (SIMARJ);

199 **Sociedade Civil:** João Bosco (UEZO), Decio Tubbs (UFRRJ), Franziska Huber
200 (FAETERJ-Paracambi), Vera Agarez (UVA), Fernando Ribeiro (CI BRASIL), Carlos
201 Eduardo Martins de Souza representando Markus Stephan (APEDEMA), Hendrik Mansur
202 (TNC), Julio Cesar Antunes (ABES);

203 **Governo:** Mario Amaro (P.M. Piraí), Cázia Vasconcelos representando Carlos Alberto
204 Leitão (P.M. Nova Iguaçu), Andreia Loureiro (P.M. Queimados), Monique Fontes (P.M.
205 Itaguaí), Tatiane Araújo representando Livia Soalheiro (SEA), Maria Dalva Ribas (FIPERJ);
206

207 **Membros Ausentes**

208 **Usuários:** Livia Bittencourt (CEDAE), Frederico Menezes (CEDAE), Dalço Renato Simoni
209 (AMBEV), Paulo de Tarso Pimenta (FIRJAN), Eduardo Freire Gomes (Sindicato Rural de
210 Rio Claro), Diego Ruas (PETROBRAS), José Gomes Barbosa (LIGHT);

211 **Sociedade Civil:** Vera Martins (ACAMPAR), Maurício Ruiz C. Branco (ITPA), Maurício
212 Fernandes de Oliveira (SIMA), Nelson Reis (OMA-BRASIL), Paulo Sergio Farias
213 (SINTSAMA);

214 **Governo:** José Arnaldo de Oliveira (P.M. Japeri), Waldemiro Andrade (P.M. Barra do
215 Piraí), Claudio Ribeiro (P.M. Miguel Pereira), Elaine Gonçalves (P.M. Paracambi), Ademar
216 Quintella (P.M. Seropédica), Ronaldo Artur Sabino (P.M. Rio Claro), Sebastiana Cesário
217 (INEA), Magno Roza (EMATER-RIO), Felipe Brasil (CREA-RJ), Ricardo Luiz (ICMBio);
218

219 **Convidados**

220 José Luiz Governo de Souza (ABES), Luciana de Menezes (COCA- COLA), Christian
221 Cunha (PROFILL), Eduardo Audibert (PROFILL), Carlos Bortoli (PROFILL), Sidnei Agra
222 (PROFILL), André Marques (AGEVAP), Magda Tubino (UVA), Allan de Sousa (FAETERJ),
223 Luana Ambrozio (FAETERJ-Pbi), Vitor de Almeida Souza (FAETERJ-Pbi), Amanda Franco
224 (SEMUHAM-Nova Iguaçu), Leidilane Barbosa (DCJ/UFRRJ), Nathália S. C. Vilela
225 (AGEVAP), Francine Ramalho (UFRRJ), Daniel Brotto (UERJ).